

ISSN - 3085-5624

Eixo Temático 1 – Produção, Mediação e Gestão da Informação

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS:  
reflexões a partir da teoria da decolonialidade*****CRITICAL INFORMATION LITERACY OF ORIGINAL PEOPLES:  
reflections from the theory of decoloniality***

**Angerlânia Rezende** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – [lanny.rezende3@gmail.com](mailto:lanny.rezende3@gmail.com) – Orcid:  
<https://orcid.org/0000-0002-8284-6071>

**Eliane Bezerra Paiva** - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – [paivaeb@gmail.com](mailto:paivaeb@gmail.com) – Orcid:  
<https://orcid.org/0000-0002-9925-0143>

**Edivanio Duarte de Souza** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – [edivanio.duarte@ichca.ufal.br](mailto:edivanio.duarte@ichca.ufal.br)  
– Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** No mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado, a competência crítica em informação pode se apresentar como essencial para a manutenção da diversidade cultural e para a resistência e a emancipação contra a opressão e a homogeneização cultural impostas por forças dominantes. Assim, este trabalho busca refletir sobre possíveis contribuições da competência crítica em informação contra as formas de opressão no contexto dos povos originários. Procedimentalmente, apresenta um conjunto de análises e discussões resultantes de levantamentos bibliográficos realizados durante a elaboração do referencial teórico de uma pesquisa de doutorado, que tem como tema central a competência crítica em informação no contexto dos povos indígenas. Considera-se que as reflexões acerca da colonialidade, especialmente da colonialidade do saber, são essenciais para a compreensão das potencialidades da competência crítica da informação como estratégia de resistência e de superação das condições de subalternização, de opressão, de marginalização e de exclusão por que passam as sociabilidades dos povos originários.

**Palavras-chave:** competência crítica em informação; povos originários; resistência social; decolonialidade do saber.

**Abstract:** *In the contemporary, increasingly globalized world, critical information literacy can be seen as essential for maintaining cultural diversity and for resistance and emancipation against oppression and cultural homogenization imposed by dominant forces. Thus, it seeks to reflect on possible contributions of critical information literacy against forms of oppression in the context of original peoples. Procedurally, it presents a set of analyzes and discussions resulting from bibliographical surveys carried out during the elaboration of the theoretical framework of a doctoral research, which has as its central theme critical information literacy in the context of indigenous peoples. It is considered that reflections on coloniality, especially the coloniality of knowledge, are essential for understanding the potential of critical information literacy as a strategy of resistance and overcoming conditions of subalternization, oppression, marginalization and exclusion because pass on the sociability of original peoples.*

**Keywords:** *critical information literacy; original peoples; social resistance; coloniality of knowledge.*

## 1 INTRODUÇÃO

O imaginário coletivo, muitas vezes, parece considerar que o mundo contemporâneo se torna cada vez mais globalizado, apontando para a pluraliversidade e, em certa medida, para a valorização da diversidade cultural, materializadas em torno de processos crescentes de interculturalidade. Contudo, o peso dos processos históricos de poder, de experiência e de opressão não deixa escapar a subalternização, o silenciamento e a exclusão à que foram e ainda são submetidas as culturas de muitos povos, dentre os quais se destacam os povos afrodescendentes e os povos originários das Américas. Se por um lado a história é marcada pela persistente opressão desses povos por forças dominantes, não se pode perder de vista também a emergência de movimentos dinâmicos de resistência e de luta em prol de transformações sociais, que reivindicam práticas sociais de valorização, de reconstrução e, em certa medida, de restabelecimento das culturas historicamente inviabilizadas.

Preliminarmente, conforme Baniwa (2016), é essencial manter, aceitar e promover a denominação de indígena como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro. Isso é especialmente importante para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, destacando-os como habitantes nativos e originários de suas terras. Essa demarcação é constitutiva de relações dinâmicas entre poder, ser e saber, que, conforme Quijano (2014), compreende as dimensões da colonialidade, quais sejam, a colonialidade do poder, a colonialidade do ser e a colonialidade do saber.

No domínio específico da colonialidade do saber, destaca-se a competência crítica em informação (*critical information literacy*), como temática e processo, respectivamente, nos âmbitos acadêmico e social, especialmente quando se considera sua aplicação no contexto dos povos originários da América do Sul, tomando como referências o processo de decolonização por que passam as sociabilidades marcadas pelo colonialismo histórico (Oliveira; Gomes, 2021; Quijano, 2014). É fato que as relações sociais desses povos com os povos brancos ou, em perspectiva mais ampla o não-indígena, foram marcadas por conflitos, pois sempre existiram múltiplas formas de opressão e de marginalização que historicamente

afligiram e massacraram essas comunidades (Arruda; Caldas, 2023). Assim, a habilidade de analisar, questionar criticamente e contextualizar informações torna-se não apenas um macro processo de orientação educacional, mas também um dispositivo potencial de resistência e de emancipação social.

A competência crítica em informação objetiva mais do que o desenvolvimento de habilidades referentes à busca, à seleção e ao uso da informação, presentes na competência em informação (*information literacy*), na medida em que busca provocar questionamentos, suscitar necessidades e buscar soluções mediante a problematização crítica da informação e da vida, evidenciando as disputas, as opressões e as discriminações, atenta às lutas de classe e à promoção da transformação social (Elmborg, 2006).

No contexto dos povos originários, a competência crítica em informação assume uma importância ainda maior devido às históricas injustiças sofridas por essas comunidades. Ao longo dos séculos, os costumes e os modos de vida dos povos indígenas, por exemplo, foram sistematicamente desvalorizados, subjugados e até mesmo suprimidos por narrativas coloniais que buscavam impor uma visão de mundo eurocêntrica, homogeneizadora e universalizante, provocando um processo crescente de etnocídio.

É forçoso considerar que a competência crítica em informação é um movimento que engloba a construção social e as dimensões políticas da informação, com a intenção de levar os sujeitos a pensarem criticamente sobre as forças e os regimes internos e externos, possibilitando, em maior ou menor medida, saber agir diante desses eventos com base no conhecimento que possuem (Tewell, 2015). Nesse cenário, a capacidade de discernir e de questionar informações torna-se uma atitude vital para desafiar e subverter essas estruturas de poder, permitindo aos povos originários reivindicarem suas próprias histórias, seus saberes e suas identidades.

Neste sentido, este trabalho objetiva refletir sobre as possibilidades de a competência crítica em informação contribuir contra as formas de opressão no contexto dos povos originários. Para tanto, parte do pressuposto de que a preservação das culturas indígenas, o fortalecimento das identidades étnicas e a luta pelos direitos territoriais e pela autonomia têm como base o desenvolvimento do olhar crítico e libertador que questiona, quebra e

modifica essa condição sócio-histórica de submissão e de opressão à que são submetidas esses povos.

Este trabalho constitui-se como parte da pesquisa de tese de Doutorado, em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, que tem como tema central a competência crítica em informação no contexto dos povos indígenas. Procedimentalmente, realiza-se um conjunto de análises e discussões, tomando como referência a ensaística proposta por Rodríguez (2012), resultantes de levantamentos bibliográficos realizados durante a elaboração do referencial teórico da tese. Assim, além desta introdução, aborda a competência crítica em informação como forma de resistência social e tece algumas considerações acerca dessas possibilidades.

## **2 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA SOCIAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS**

A história de alguns povos é marcada pela necessidade do desenvolvimento de políticas, estratégias e ações orientadas à resistência e à superação do estado de submissão e opressão à que foram submetidos. Nesse universo, destacam-se os povos originários ou indígenas, aqui tomada como referência a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, 2008), que os considera como grupos que possuem uma identidade distinta. Essas características incluem história e cultura únicas, formas específicas de organização social e economia, que diferem das formas dominantes do estado em que vivem. A UNDRIP estabelece uma série de direitos, como a autodeterminação, o direito aos recursos naturais e à terra em que habitam, à preservação de suas culturas, línguas e tradições, além do direito pleno de participar nas decisões que afetam suas comunidades.

Já conforme Deroche (2005), a expressão “povos indígenas” é atualmente aceita e se refere a agrupamentos humanos diversos e espalhados pelo mundo. Essa expressão abrange uma variedade de grupos sociais que vivem em diferentes contextos geográficos, políticos, econômicos e sociais. Embora possa parecer que esta expressão não consiga abarcar toda a diversidade existente entre os povos indígenas, todos eles compartilham um passado

comum de lutas, de sofrimentos, de marginalização e de exclusão, que se refletem e se manifestam na atualidade.

Dentre outras possibilidades de enfrentamento da subalternização, da opressão e da exclusão, a competência crítica em informação pode se apresentar como fator de resistência social, especialmente para grupos minoritarizados e povos originários, posto que é uma potencializada estratégia orientada à tomada de consciência, à construção da autonomia e à transformação de estruturas vigentes. Na visão de Tewel (2015), esse tipo de competência tem o propósito de encorajar o sujeito a agir sobre as estruturas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação. Com efeito, parte de uma proposta que busca estimular os sujeitos a se empoderar por meio da informação para, então, serem capazes de identificar e agir sobre as estruturas opressivas de poder e reduzir a situação de vulnerabilidade à que foram submetidos.

Além disso, a competência crítica em informação proporciona aos sujeitos a atitude crítica frente aos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem os processos informacionais, digitais e comunicacionais. Conforme Schneider (2019), essas mudanças significativas surgem também com a expansão das tecnologias digitais de informação e comunicação que se tornam elementos centrais nas relações de poder e de experiência no sistema capitalista moderno, moldando a maneira como a humanidade vivencia o capitalismo. Logo, essa competência ajuda o sujeito a compreender e refletir sobre as novas formas de dominação e de controle que emergem no contexto digital.

A competência crítica em informação [...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (Oliveira; Souza, 2022, p. 78).

É preciso, no entanto, na concepção de Brisola (2021), que o sujeito que busca se apropriar da informação saiba analisá-la de forma crítica e consciente, realizando suas próprias observações, compreendendo e fazendo intervenção, na realidade a qual ele pertence, caso necessite, tomando como referências os aportes críticos advindos da teoria crítica da informação e da pedagogia crítica da autonomia (Freire, 1967, 1996), na medida

em que estes potencializam a conscientização e a capacitação do sujeito na compreensão crítica referente aos avanços tecnológicos, bem como à produção de conhecimento, direcionando-o a uma emancipação social. Nesse particular, a Teoria Crítica da Informação busca promover uma transformação social através do uso crítico e consciente da informação ou, em outros termos, “a teoria informacional crítica percebe o interesse emancipatório como interesse intrínseco ao campo informacional, ou seja, que está no interior da Ciência da Informação” (Cavalcante; Souza; Bufrem, 2023, on-line).

Nesse mesmo horizonte, Oliveira e Souza (2022) consideram que a competência crítica em informação pode contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a participar de forma ativa e informada na sociedade, pois isso envolve não apenas habilidades técnicas, mas também a capacidade de pensar criticamente sobre a informação. Deve-se considerar também as questões éticas e de responsabilidade social que a competência crítica em informação permite, uma vez que os sujeitos devem ser capazes de avaliar as implicações éticas do uso da informação e atuar de maneira responsável em suas práticas e ações de informação.

A ética da informação se destaca em assuntos relacionados à coleta, ao armazenamento, ao processamento, à vigilância, à apropriação e à disseminação da informação, tomando como referência a responsabilidade social na proteção de informações confidenciais, a censura e a justiça social, no mundo digital. A rigor, considera-se que as tecnologias digitais, como outros artefatos sociais, são condicionadas pelas relações de hierarquia, de poder e de saber, e, por conseguinte, são atravessadas pelas marcas da colonialidade, com todas as suas determinantes de submissão, de opressão e de exclusão (Pereira; Pinheiro; Souza, 2023, on-line).

É de se considerar que, pelo menos, parte das finalidades e dos objetivos da competência crítica em informação, apresentadas por diferentes autores, tem papel fundamental diante da realidade dos povos originários, marcada pela exclusão, pela opressão e pelo extermínio, uma vez que os capacita para preservar e valorizar suas identificações, suas identidades, suas culturas e suas sociabilidades. Na justificativa desse pensamento, pondera-se, a partir de Pereira, Pinheiro e Souza (2023), que o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura originária potencializam os indígenas a desenvolver o olhar e o pensamento crítico, participando de forma mais ativa nos processos políticos e sociais, combatendo as estruturas de opressão que rodeiam e, muitas vezes,

permeiam as comunidades. Além disso, ajuda a desenvolver as habilidades que contribuem para o fortalecimento das identidades e da autonomia, tanto dentro das comunidades, quanto fora e, individualmente, considerando o indígena em um mundo cada vez mais tecnológico e globalizado, quebrando os estereótipos e as amarras externas.

## 2.1 Informação indígena e resistência às estruturas opressivas

Reconhecer que a história da opressão dos povos originários está intrinsecamente ligada à supressão de sua informação e de seu conhecimento é de extrema importância. Durante séculos, as políticas coloniais visavam apagar as culturas indígenas e impor uma narrativa hegemônica sobre o território, os recursos naturais e até mesmo a própria identidade dos povos originários. Nesse contexto, a informação indígena era sistematicamente desvalorizada, marginalizada ou mesmo proibida, sendo impostos os costumes e as tradições dos colonizadores. Com efeito, entre outras, as

[...] discussões sobre o respeito aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são especialmente importantes para proteção e preservação de sua identidade, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, evitando-se o êxodo e a perda de saberes (Pereira; Souza, 2022, on-line).

É forçoso considerar que, mesmo nos tempos contemporâneos, as comunidades indígenas ainda enfrentam uma série de obstáculos à preservação e à disseminação de seus saberes. A falta de acesso a recursos educacionais adequados, a discriminação linguística e a ausência de reconhecimento institucional de suas formas de conhecimento são apenas algumas das barreiras que impedem a plena valorização da informação indígena. Na base de tudo isso, encontram-se as marcas do processo histórico de colonização que deixa como herança:

A ideia do mundo europeu e mais largamente ocidental era a de que toda a razão, sabedoria e verdade estavam concentradas na civilização ocidental. As outras nações e civilizações eram atrasadas e infantis, nelas não havia a sabedoria real, mas unicamente mitologia e, ainda, valorizada como superstição. Por essa razão, havia um desprezo total (Terena, 2010, p. 27).

Ademais, a apropriação cultural e a mercantilização de elementos da cultura indígena representam uma ameaça à integridade e à autenticidade dos conhecimentos tradicionais.

Os saberes indígenas, muitas vezes, são reduzidos a produtos exóticos para consumo massivo, enquanto as comunidades detentoras desses conhecimentos são marginalizadas ou excluídas do processo de comercialização (Almeida, 2010), o que já mudou e vem mudando e tendo uma evolução nos olhares reflexivos sobre esse tema, dando mais espaço à produção de saberes e de informação indígena. Assim, conhecer a forma de organização de comunidades indígenas é uma necessidade que ajuda a promover o respeito à diversidade cultural existente, bem como é essencial à construção de uma sociedade que valorize e respeite todas as suas culturas e que seja capaz de enfrentar os desafios contemporâneos de maneira mais justa, mais igualitária e mais sustentável.

[...] é notória a necessidade de discussões referentes ao direito de patente relacionadas aos conhecimentos tradicionais para preservação da cultura destes povos e da biodiversidade, seja através de normas legais mais igualitárias visando à valorização da multiplicidade de saberes, assim como pelo uso de bases de dados com informações que impeçam a utilização indevida de tais conhecimentos e recursos biológicos, vislumbrando um cenário biodemocrático, tanto econômico quanto informacional (Pereira; Souza, 2022, on-line).

Nesse contexto, é importante destacar que o conceito de informação indígena ainda é pouco explorado na literatura da Ciência da Informação. Uma referência importante é a pesquisa de Paiva (2013), para quem a informação indígena abrange uma variedade de textos e de documentos sobre o conhecimento dos povos indígenas e a respeito deles, independentemente do suporte em que se encontram. Em decorrência de sua complexidade, esse conceito incorpora vários campos do conhecimento, tais como Antropologia, Linguística, Saúde, Educação, Arte e Direito, entre outros.

Na visão de Dorricó (2020), a informação indígena presente nas fontes de informação permite que os povos originários protagonizem a produção de conhecimento, revisitando a história para construir identidades e memórias que rejeitam quaisquer ideias de traumas ou de desolação pós-conquista de seus territórios, e, ainda mais, a ideia de extinção dos povos originários.

Na concepção de Rezende *et al.* (2023), as fontes de informação especializadas em informação indígena apresentam informações produzidas por indígenas ou sobre eles, utilizando suportes que incluem canais tradicionais, tais como: livros, bibliotecas, museus, arquivos e eventos, além dos canais digitais disponíveis na *internet*, como bases de dados,

repositórios, periódicos, documentários, mídias sociais e páginas governamentais, entre outros.

Assim como o conceito de povos originários, a compreensão do conceito de informação indígena é crucial para o entendimento, a valorização e a preservação das culturas e dos conhecimentos tradicionais, na medida em que ajuda a promover também a justiça social e a inclusão desses sujeitos, uma vez que suas práticas, suas tradições e seus saberes são desenvolvidos e mantidos ao longo de gerações e que foram diminuídas, silenciadas e, até mesmo, esquecidas em decorrências das práticas impostas pelos colonizadores. Dessa forma, esses conceitos contribuem para o fortalecimento e a aplicação de ações que promovam benefícios e equidade para essas comunidades diversas.

## **2.2 Competência crítica como ferramenta decolonizadora**

Em que pesem as diversas possibilidades de abordagens acerca da competência crítica em informação, aqui é importante compreendê-la como possibilidade de enfrentamento e de superação do estado de opressão que caracterizam algumas sociedades em decorrência das relações modernas, capitalistas e patriarcais, que hierarquizaram e dividiram geopoliticamente o mundo, a partir de uma posição eurocêntrica e colonial (Ballestrin, 2013).

As formas persistentes de dominação e de hierarquização que surgiram com a colonização se perpetuam e continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, mesmo após a decolonização formal. Essas relações coloniais se perpetuam, conforme Quijano (2014), no processo de colonialidade herdado da colonização, em uma estrutura persistente de poder, de ser e de saber, que continua a influenciar e a moldar as relações capitalistas, intersubjetivas e raciais reproduzidas em três dimensões: colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber.

A colonialidade do poder, no entendimento de Quijano (2014), manifesta-se na perpetuação de sistemas econômicos e políticos que privilegiam elites e nações ocidentais, mantendo desigualdades globais, materializando-se em instituições, processos políticos, condições econômicas e sociabilidades.

A colonialidade do ser alcança a constituição de subjetividades (gênero, sexualidade e raça, etc.), promovendo a desumanização e a marginalização de identidades, impondo normas e valores eurocêntricos que subjagam e silenciam as culturas e os modos de vida dos povos colonizados (Quijano, 2014), incluindo os povos negros e os povos indígenas. Essa dimensão promove processo de exclusão que abarcam o genocídio, o racismo, o sexismo, entre outros.

A colonialidade do saber, por sua vez, refere-se à hegemonia do conhecimento ocidental, que desqualifica e marginaliza outros sistemas de conhecimento, como os saberes indígenas e africanos, por exemplo, reforçando a ideia de que o conhecimento válido e legítimo é exclusivamente o produzido pelo Ocidente.

Esses três aspectos interligados perpetuam a lógica colonial, influenciando e limitando as possibilidades de emancipação e de autonomia dos povos e saberes subalternizados. Ademais, percebe-se que a colonialidade não se limita a um evento histórico, mas é um processo contínuo que se manifesta em diversas esferas ainda na vida contemporânea. As estruturas coloniais ainda permeiam as instituições, os sistemas educacionais, os discursos midiáticos e as relações sociais, reproduzindo hierarquias de poder e marginalizando vozes e perspectivas não hegemônicas.

Em contraponto à colonialidade, surge a decolonialidade como movimento de grupos Latino-Americanos e Sul-Asiáticos, com o objetivo de uma nova roupagem, valorização e compreensão da sociedade com relação à produção de conhecimento dos grupos que, até então, eram desvalorizados, explorados e oprimidos pelos seus colonizadores. A decolonialidade refere-se, portanto, ao desmantelamento das estruturas de poder e de pensamentos coloniais, valorizando e reestabelecendo conhecimentos e práticas de povos originários.

A decolonialidade é, por conseguinte, projeto que visa subverter os padrões de poder herdados da modernidade, buscando encontrar possibilidades de conhecimentos, memórias e histórias encobertos, por muito tempo considerados não saberes ou conhecimentos bárbaros, primitivos, místicos e supersticiosos (Maldonado-Torres, 2008; Oliveira; Gomes, 2021). Neste contexto, a competência crítica em informação desempenha um papel fundamental ao permitir que os povos originários acessem, avaliem e utilizem informações e

conhecimentos, fortaleçam suas identidades culturais, ampliando o olhar crítico voltado às lutas por seus direitos.

Diante desses sistemas de colonialidade, pode-se dizer que a competência crítica tem a potencialidade de contribuir de maneira significativa para a decolonização do saber, do ser e do poder, pois pode contribuir de modo a capacitar o sujeito a questionar, a criticar e, em última análise, a transformar as estruturas de poder, muitas vezes, materializadas em narrativas dominantes e em sistemas de opressão que hierarquizam, subalternizam e excluem modos de ser, promovendo verdadeiros genocídios, em suas diversas matizes, tais como: epistemicídio, racismo, sexismo e mais variadas interseccionalidades.

A competência crítica emerge como um constructo teórico-prático fundamental para desafiar e subverter essas estruturas de dominação. Ao desenvolver habilidades de análises e de questionamentos, em meio a experiências vividas, a contradições sociais e a lutas concretas, os indivíduos são levados a conhecer, a reconhecer e a desnaturalizar as formas de poder que, no entendimento de Mignolo (2017), subjazem às relações sociais e institucionais. Isso inclui a capacidade de identificar e de confrontar manifestações contemporâneas de colonialismo, como o racismo, especialmente, o racismo estrutural, a exploração econômica e a expropriação cultural no caso dos povos originários.

Assim, de modo prático, esse tipo de competência pode ser útil no processo de decolonização, permitindo que os grupos marginalizados acessem, interpretem e utilizem informações de maneira que promova a justiça social, a valorização cultural e a autodeterminação dos povos, se não quebrando, pelo menos, capilarizando e enfraquecendo paulatinamente barreiras de opressão historicamente construídas. No Quadro 1, são apresentadas, ilustrativamente, algumas contribuições da competência crítica em informação à decolonialidade, nas esferas do poder, do ser e do saber. Ocorre que, em que pese o sistema-mundo engrenado em torno das relações moderno-capitalistas, com suas condicionantes sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais, entre outras, a competência crítica em informação, oferece possibilidades de resistência, de luta e de transformação contra regimes opressores que ainda hoje se perpetuam na sociedade contemporânea.

Quadro 1 – Contribuições da competência crítica da informação à decolonialidade

Ação	Domínio	Efeito
Questionar modos e narrativas dominantes	Decolonialidade do poder	Emancipação crítica do sujeito, na medida em que contribui para que esse saiba identificar narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.
Identificar e analisar estruturas de poder	Decolonialidade do poder	Condiciona o sujeito na identificação e nas análises de estruturas de poder e de privilégio vigentes e hegemônicas que sustentam a colonialidade.
Desconstruir formas de preconceitos e de ideias estereotipadas	Decolonialidade do ser	Desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito, que permitem questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e de desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade.
Reconhecer o conhecimento como diverso e plural	Decolonialidade do saber	Reconhecimento e valorização de diferentes formas de conhecer e de saber, incluindo os saberes tradicionais, contrapondo-se à ideia de conhecimento ocidental exclusivo, eurocentrado, válido ou superior.
Engajar em ações cotidianas transformadoras	Decolonialidade do saber	Motivação em torno de ações transformadoras, incluindo a participação em movimentos sociais, lutas por mudanças políticas e sociais e a busca por justiça, igualdade e equidade social.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Freire (1967), Elmborg (2006, 2012) e Tewel (2015).

Mesmo considerando o esforço analítico-sintético presente no Quadro 1, pode-se considerar que, por intermédio do olhar crítico, os sujeitos podem se engajar em processos de decolonização que buscam desconstruir as hierarquias e privilegiar as vozes que até então foram silenciadas, sobretudo, em torno daquelas que ainda permanecem em situação de alta vulnerabilidade. Ademais, a eficácia da competência crítica está intrinsecamente ligada à capacidade de reconhecer, de conscientizar, de lutar e de superar desafios que se colocam no caminho, incluindo a apropriação de discursos críticos e a resistência às narrativas dominantes. Com efeito, a partir do desenvolvimento de uma competência crítica consciente e comprometida, é possível promover processos de decolonização que contribuam para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas, superando o estado de opressão e de exclusão que extirparam as subjetividades e as sociabilidades dos povos originários.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retardo contemporâneo das condições subjetivas, sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos colonizados, nas Américas e em outras partes do mundo, é constitutivo

das relações de poder moderno-capitalistas herdeiras do colonialismo histórico. Essas relações têm na sua base uma complexa rede de exclusão e de opressão perpetuada em práticas diversas, que materializam o que Quijano (2014) denominou de colonialidade, nos domínios do poder, do ser e do saber. A grande questão que se coloca, aqui, é o nível de opacidade de que se revestem essas condições decorrentes, em grande medida, das formas de ser e de saber erigidas em torno do pensamento moderno-ocidental impostas pelas lentes eurocêntricas.

Em que pese o reconhecimento das relações de poder que sustentam este sistema, há movimentos de resistência que buscam transformar esse quadro, pautados, sobretudo, na pluriversalidade e na autodeterminação dos povos, e levados a cabo a partir de um conjunto de políticas e de ações decolonizadoras. Além dos movimentos sociais organizados (indígena, mulher, negro, população LGBTQIPA+, etc.), a academia pode desempenhar importante papel via reflexão, discussão, reformulação e intervenção. O objetivo deste trabalho, portanto, foi refletir sobre as possibilidades de a competência crítica em informação contribuir contra as formas de opressão historicamente impostas aos povos originários.

A competência crítica em informação desempenha um papel vital como forma de resistência social, podendo contribuir no contexto dos povos originários, via processos dinâmicos de decolonização do poder, do ser e do saber. Trata-se, na prática, de desconstruir mitos e estereótipos impostos por séculos de colonização, permitindo uma reapropriação de suas histórias e de suas identidades de forma autêntica e autônoma.

Considera-se que a competência crítica em informação pode, em sentido amplo, fundamentar atitudes decolonizadoras, permitindo a reavaliação das estruturas de poder, de ser e, especificamente, de saber que sustentam a ordem moderno-hegemônica. Com efeito, ao promover uma análise crítica das fontes e das narrativas, essa competência ajuda a combater preconceitos embutidos nas narrativas coloniais. Isso facilita a construção de novas perspectivas que respeitem e incorporem os conhecimentos e os valores indígenas, em processos contínuos que requerem abordagens críticas e reflexivas, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas, valorizadas e emancipadas.

No entanto, com base no que já foi realizado até o momento, sob o viés da competência crítica em informação, percebe-se que estudos com a temática indígena na Ciência da Informação ainda são, de veras, incipientes. É preciso levar em conta que esses povos possuem um conjunto de conhecimentos herdados de sua ancestralidade, bem como relações íntimas com o meio onde vivem. Estudos com esse tema apresentam um vasto campo de possibilidades, sobretudo, que valorizem e promovam a inclusão social. Estudos da competência crítica em informação podem ser aplicados para promover a inclusão social e a valorização dos saberes indígenas, por exemplo. Investigações sobre como as tecnologias da informação podem ser adaptadas e utilizadas, de maneira que respeitem e potencializem as práticas e os conhecimentos indígenas, ao invés de reforçar as lógicas coloniais, também podem ser desenvolvidas. É preciso ainda considerar a autonomia da produção de conhecimento e de saberes dos povos originários, sem estereótipos, abraçando a diversidade existente dessas comunidades espalhadas pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARRUDA, Maria Aparecida Jacques de; CALDAS, Rosangela Formentini. Sistemas de mediação cultural no âmbito dos saberes indígenas. *In*: LIMA, Izabel França de; MOURA, Maria Aparecida. (Orgs.). **Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 22 maio 2024.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira. **Revista de Educação do COGEIME**, Manaus, v. 25, n. 49, p. 11-23, 2016. Disponível em: <http://cogeime.org.br/revista-da-educ/educacao-21/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRISOLA, Anna Cristina. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante às distopias informacionais contemporâneas. 2021. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

[https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA ANNA TESE A%20CCI%20como%20Resist%C3%A2ncia.pdf](https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%C3%A2ncia.pdf). Acesso em: 11 jan. 2024.

CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; SOUZA, Edivanio Duarte de Souza; BUFREM, Leilah Santiago. Teoria crítica da informação: um conceito, uma teoria. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais [...]** São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2023. Disponível em:

<https://www.ancib.org.br/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/2033/1403>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DEROCHE, Frédéric. La notion de “peuples autochtones”: une synthèse des principaux débats terminologiques. *In: FRITZ, Jean Claude; DEROCHÉ, Frédéric; FRITZ, Gérard. La nouvelle question indigène: Peuples autochtones et ordre mondiale*. Paris: L’Harmattan, 2005.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno; CORREIA, Heloisa; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER. Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

ELMBORG, James. Critical information literacy: definitions and challenges. *In: WILKINSON, Carroll Wetzel; BRUCH, Courtney (Orgs.). Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community*. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.

ELMBORG, James. Critical information literacy: implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdam, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula rasa**, Bogotá, Colómbia, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 22 maio. 2024.

OLIVEIRA, Maria Lívia Pachêco de; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. *In*: Arthur Coelho Bezerra; Marco Schneider. (Org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 77-86. Disponível em:

<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20-%20Compet%3%aancia%20Cr%3%adtica%20em%20Informa%3%a7%c3%a3o%20%282022%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação**. 2013. 199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; PINHEIRO, Edna Gomes; SOUZA, Edivanio Duarte de. Ética intercultural da informação: convergências teórico-conceituais em torno do pensamento de fronteira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais [...]** São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2023. Disponível em:

<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1746/1149>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; SOUZA, Edivanio Duarte de. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: PPGCI/UFRS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiienancib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

REZENDE, Angerlânia *et al.* Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, jul./dez 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. **O ensaio como tese: estética e narrativa na composição do texto científico**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (Orgs.). **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

TERENA, Marcos. “Itinenóe Purutuíhako, Ainapó Nhakóe Ambenha Nhánheke, Vookuke Gonhuhótimo Kali Inzonéo, Kuánemaka Kali Émó-Hum, Enómone Vomixóne Ihái Vovokuké”. In: MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 15-34.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: jan. 2022.

UNDRIP. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 03 ago. 2023.